



UEPB
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I | CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE PSICOLOGIA

RENATO DE LUCENA BARROS

**As mudanças paradigmáticas frente ao ser humano e suas consequências: um
olhar humanista**

CAMPINA GRANDE
2023

RENATO DE LUCENA BARROS

As mudanças paradigmáticas frente ao ser humano e suas consequências: um olhar humanista

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof. Dra. Carla de Sant'Ana Brandão

**CAMPINA GRANDE
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B277m Barros, Renato de Lucena.
As mudanças paradigmáticas frente ao ser humano e suas consequências [manuscrito] : um olhar humanista / Renato de Lucena Barros. - 2023.
21 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Carla de Sant'Ana Brandão, Coordenação de Curso de Biologia - CCBS. "

1. Racionalidade. 2. Contemporaneidade. 3. Sociedade. I.
Título

21. ed. CDD 150

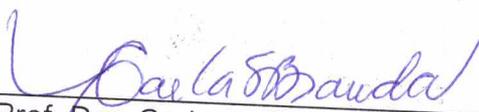
RENATO DE LUCENA BARROS

As mudanças paradigmáticas frente ao ser humano e suas consequências: um olhar humanista

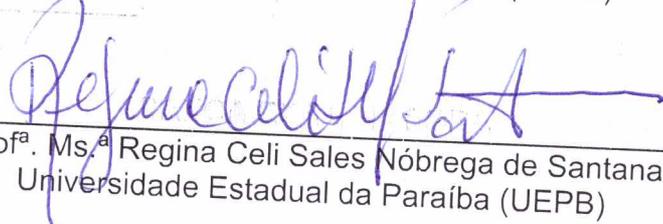
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Psicologia.

Aprovada em: 29/11/2023.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dra. Carla de Sant'Ana Brandão (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Jorge dellane da silva Brito
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Profª. Ms.ª Regina Celi Sales Nóbrega de Santana
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: MEIOS DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES HUMANAS 9	
3. SAÚDE MENTAL E CONTEMPORANEIDADE	14
4. A PSICOLOGIA HUMANISTA, AS RELAÇÕES HUMANAS E A SAÚDE MENTAL	18
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
REFERÊNCIAS	22

As mudanças paradigmáticas frente ao ser humano e suas consequências: um olhar humanista

Renato de Lucena Barros*
Carla de Sant'Ana Brandão**

RESUMO

No presente trabalho é procurado discutir como os conceitos de razão e racionalidade, trazidos por pensadores iluministas e, posteriormente, fortemente fincados no mundo pela revolução industrial, mostraram-se incapazes de cumprir a suposta promessa de emancipação pelo esclarecimento e pela conduta racional. Para tanto, são analisadas as mudanças nas estruturas socioeconômicas que, cada vez mais, interligam os âmbitos públicos e pessoais, pondo o sujeito em um constante estado de interconexão com os diversos campos que permeiam o mundo contemporâneo. É discutido como tais conjunturas fomentam uma lógica que conduz os sujeitos a uma posição objetificante, solapando as características únicas de cada indivíduo em prol da criação de uma massa amorfa de consumidores. No texto, a ética da psicologia humanística é vislumbrada como uma contrapartida a tais tendências; ela procura promover um pensamento que estabelece um vínculo da pessoa com sua capacidade de aceitar-se e de desenvolver suas potencialidades enquanto ente capaz de explorar, compreender e expressar suas experiências de maneira autêntica.

Palavras-Chave: Racionalidade; contemporaneidade; sociedade; controle.

RESUMÉ

Dans ce travail on cherche à discuter de la manière dont les concepts de raison et de rationalité apportés par les penseurs des Lumières et, plus tard, fortement implantés dans le monde par la révolution industrielle, se sont révélés incapables de remplir la prétendue promesse d'émancipation par les Lumières et par la conduite rationnelle. À cette fin, les changements dans les structures socio-économiques sont analysés, qui interconnectent de plus en plus les sphères publiques et personnelles, plaçant le sujet dans un état constant d'interconnexion avec les différents domaines qui imprègnent le monde contemporain. On discute de la manière dont de telles situations encouragent une logique qui conduit les sujets à une position objectivante, cachant les caractéristiques uniques de chaque individu au profit de la création d'une masse amorphe de consommateurs. Dans le texte, l'éthique de la psychologie humaniste est

*Graduando em psicologia pela UEPB. renato.lucena@aluno.uepb.edu.br.
renatolucena.barros@gmail.com.

**Psicóloga, mestre em psicologia social, doutora em sociologia, pós doutora em psicologia.
Prof. Associada do Departamento de Psicologia da UEPB. carlasbrandao@servidor.uepb.edu.br

considérée comme une contrepartie à de telles tendances ; elle cherche à promouvoir une pensée qui établit un lien entre la personne et sa capacité à s'accepter et à développer son potentiel en tant que personne capable d'explorer, de comprendre et d'exprimer ses expériences de manière authentique.

Mots-clés : Rationalité ; contemporanéité ; société ; contrôle.

1.INTRODUÇÃO

O entendimento da história humana, bem como de suas conquistas e infortúnios, proporciona uma compreensão abrangente não apenas do passado mas também dos caminhos trilhados para os dias atuais e das suas diversas conjunturas. Para Bauman (2001), a idade moderna traz consigo a promessa de uma humanidade guiada por pressupostos racionais; os então recentes avanços científicos e tecnológicos anunciavam uma era de conquistas emancipatórias frente às intempéries da natureza e as narrativas metafísicas, cujas quais serviram de fio condutor da sociedade durante milênios. No período moderno surgem sistemas que buscam explicar o desenvolvimento da humanidade pelo viés da racionalidade, possuindo grande impacto no pensamento político e intelectual da época. Lyotard (2009) argumenta que, desde o iluminismo, as “grandes narrativas” – que possuem o homem como medida de todas as coisas – trazem um sentido de coerência e totalidade no âmbito do saber. Assim se cria vias para o desenvolvimento de métodos que visam uniformizar os sujeitos para a produção de bens de consumo de maneira contínua. É por meio de ideais focados na razão que teremos a grande Revolução Industrial no início do século XVIII, como também o fortalecimento de movimentos com grande foco em narrativas nacionalistas que, paulatinamente, irão dar vazão para muitos dos acontecimentos globais.

Husserl (2006) *apud* Manzi (2017) diz que, durante a época dos gregos, toda teoria necessitava de embasamento prático, ou seja, era preciso haver uma finalidade que se relacionasse com a vida dos sujeitos, isso também se aplicava para a ideia da razão: Utilizava-se de um conhecimento para chegar próximo de um ideal do que era investigado, a utilização de conceitos matemáticos, por exemplo, procurava aproximar o sujeito da ideia e não da coisa em si. Porém, durante o período renascentista, a humanidade tenta revigorar o *telos* da razão grega, contudo os pensadores de tal período se desviam da compreensão grega da razão:

Galileu teria realizado uma inversão dessa concepção grega. Não se trataria mais de fazer uso da matemática para compreender o mundo. A seu ver, as

coisas podem ser formalizadas de tal forma que podemos dizer que elas são em-si mesmas escritas de forma matemática. Com a geometria analítica de Descartes, não por acaso, podemos apreender a forma das coisas como se elas fossem expressas em equações matemáticas. É nesse caminho que Galileu se inscreve ao perceber que podia determinar matematicamente a causalidade entre as coisas, levando-o a pensar que o mundo não é o mundo do mais ou menos geométrico, mas que as coisas mesmas se mostram de forma matemática (MANZI, 2017, p. 198).

Assim, temos um mundo estruturado por um viés lógico que busca uma métrica exata das coisas, os pensamentos de cunho subjetivistas estavam relegados a um papel secundário. Duas correntes filosóficas se destacavam durante o século XIX e, mesmo assim, estavam submetidas ao novo ideal de esclarecimento. Hobsbawn (2020) aponta haver duas teorias filosóficas dominantes durante tal período: o positivismo francês associado ao pensador Augusto Comte e o empirismo inglês de John Stuart Mill. O cerne do pensamento de Comte estava na ideia de imutabilidade das leis naturais, já Mill entendia a ascensão do positivismo como um processo de evolução das sociedades. Ambos compreendiam o método científico como o triunfo mais relevante do processo de edificação humana. Sendo assim, o papel do pensamento filosófico estava limitado a justificar a metodologia vigente.

Conforme Husserl (2006) *apud* Manzi (2017), haverá um distanciamento frente ao que é da ordem da teoria e o que pertence a ordem da vida. Se temos um mundo formalizado através do pressuposto positivista, o sujeito se torna variável dissonante frente a isto, uma vez que a razão lógico-matemática não abrange a subjetividade da experiência interior humana. A ciência enquanto busca formalizar seus objetos de estudo se distancia daquilo que não consegue abranger.

O mundo visionado como progresso contínuo da humanidade e defendido tão veementemente por teóricos das mais diversas áreas do saber durante os períodos do iluminismo e da revolução industrial demonstrou-se incapaz de manter a promessa de emancipação por vias do esclarecimento. De acordo Beck, Giddens, Scott (2006), embora fosse pensado com afincado que, através da elucidação por vias do método científico, do domínio da técnica e do conhecimento das propriedades da natureza, a humanidade seria capaz de controlar a si própria e ao mundo, o diálogo entre as relações do humano frente o conhecimento adquirido e seu autoentendimento demonstraram-se mais complexos e imprevisíveis do que se era imaginado.

É notório – embora ainda sim atordoante, quando pensado de um ponto de vista crítico, histórico e, acima de tudo, humano – perceber que os caminhos arquitetados pela razão fizeram muito pouco para a edificação do sujeito enquanto ser humano.

Gross apud Bauman (1998), diz que, é na sociedade que a conduta moral do sujeito é produzida, acaso os significantes morais de tal sociedade comecem a ter um mal funcionamento a construção dos valores grupais será afetada e, por conseguinte, haverá uma tendência crescente das pessoas começarem a agir sem considerar se estão ferindo ou não as outras. Diante disso, é possível pensar que, embora a modernidade tenha trazido indubitáveis progressos para o desenvolvimento humano, ela também serviu para orquestrar horrores em proporções nunca antes imaginadas:

Ali, de uma floresta irrompem turbas sem cor, que correm, caem e saltam. Ali delinea-se ante o incêndio longínquo uma cadeia de colinas, e dele, de quando em quando as brasas se condensam em chamas flutuantes. Ao nosso redor espriam-se ondulosos campos aráveis, encharcados, revolvidos. (...) Atiram de braços para esquivar-se a projéteis ululantes, levantam-se e avançam às presas, dão brados jovens e estridentes de coragem, porque escaparam ilesos. São alvejados, caem, trançando os braços, com um tiro na testa, no coração, nas entranhas. Jazem, com as faces na lama, já não se movem mais. (...) Mas a floresta envia outros que se atiram, que saltam, gritam ou avançam mudos, a passo trôpego, por entre os feridos (MANN, 2016, p. 826).

Com a Primeira Grande guerra, temos, segundo Lasch (1983) e Bauman (1998), uma experiência extremamente impactante, trazendo dúvidas e questionamentos acerca da legitimação das instituições políticas e sociais, a ideia de uma atividade humana guiada por um propósito imbuído dos preceitos da razão, da ciência e do progresso são bastante abaladas frente a destruição e carnificina sem precedentes. A crise da razão e de uma moral progressista se estende à segunda grande guerra, pondo em xeque o pensamento iluminista, colocando ainda mais em evidência as falhas do ideário racionalista bem como os projetos de uma moral universal. Ainda seguindo o raciocínio de Bauman (1998), é possível inferir que o retorno a um estado de barbárie não se deu por meios ditados por ações desregradadas, irracionais, guiadas por volições momentâneas, mas sim, através de critérios racionais; tão competentes em subordinar pensamentos e ações à eficientes praticidades. É por meio dos itinerários traçados pelo rigor lógico, por uma organização cientificamente administrada que se orquestra a eliminação sistemática dos judeus pelos nazistas. A civilização moderna não foi diretamente responsável pelas atrocidades cometidas no período da Segunda Guerra, mas serviu como condição *sine qua non* para sua efetivação. Neste sentido, é procurado investigar os processos que decorreram da sedimentação do *modus operandi* moderno no meio social, levando em conta seus mecanismos de propagação, suas mutações no decorrer do tempo, e nas insidiosas formas que tal modelo de pensamento endossa uma agenda econômica desumanizante, que retira do sujeito seu caráter individual a fim de criar uma massa padronizada de autômatos, cujo fim é alimentar as engrenagens e circuitos de um grande leviatã. Também é discutido

como o pensamento humanista pode servir como contraponto frente a tal modelo de alienação, dando subsídios para que as pessoas consigam desenvolver suas características individuais enquanto ente único no mundo, provido de liberdade e capacidades para se autorrealizar.

2.SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: MEIOS DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES HUMANAS

Conforme Hobsbawn (2008), o período que segue à Segunda Guerra Mundial foi assinalado por uma efusão cultural de caráter único, reverberando nas mais variadas formas de manifestações artísticas, esse florescimento cultural transcorreu em meio a um complexo e intrincado panorama de mudanças políticas, sociais e econômicas de proporções marcantes, abarcando importantes eventos históricos, como a Guerra Fria, os processos de descolonização, o impasse bélico do Vietnã e a efervescente revolução cultural dos anos de 1960, com fortes reivindicações de mudança e ruptura com as convenções estabelecidas.

Nesse íterim, houve a criação de sistemas de seguridade social, serviços de saúde e educação públicos, programas de assistência a famílias carentes e idosos, entre outras medidas que estavam sob a égide de um programa de revitalização administrativa. Essas políticas, em teoria, visavam garantir uma rede de proteção social que proporcionasse maior estabilidade e segurança para a população. Uma vez que era enfrentado uma extrema necessidade de reconstrução das cidades, bem como a retomada do crescimento econômico. Tais iniciativas englobavam o que foi chamado de programa de bem-estar social, ou *welfare state*, que ficou sendo compreendido por Lyotard (2009), como um processo que solapou do sujeito sua individualidade, tornado-o um autômato guiado pelas máximas de tal sistema:

(...) é possível dirigir as aspirações individuais por um processo de “quase-aprendizagem”, “livre de toda perturbação”, a fim de que elas se tornem compatíveis com as decisões do sistema. Estas últimas não têm que respeitar as aspirações que devem visar estas decisões, pelo menos seus efeitos. Os procedimentos administrativos farão os indivíduos “querer” o que é preciso ao sistema para ser eficiente. (LYOTARD, 2009, p.113)

É essa lógica que possibilita o crescimento econômico e que, paulatinamente, vai dando novas feições para o sistema capitalista. Gaspar (2015) esclarece que, a grande geração de empregos em concomitância com o forte crescimento econômico e a entrada dessa força de trabalho no mercado de consumo não seria possível sem a

administração de dispositivos estatais que desenvolveram um acordo entre o estado, as empresas e os trabalhadores, sendo elemento basilar para o *welfare state*. Em tal “aliança” os empregadores ofertavam o emprego com níveis de salários medianos, junto com um repasse parcial dos ganhos advindos da produtividade, por sua vez o corpo trabalhista, através de cláusulas contratuais, se comprometiam a abrandar suas reivindicações mantendo-as restritas aos marcos econômicos do mercado. Já os governos possuíam o papel de agentes avaliadores de tais condições e, fazendo uso do sistema tributário, tornava o montante total de recursos monetários recebidos na forma de impostos em bens e serviços públicos para os trabalhadores.

Gaspar (2015) diz que essa estratégia de consolidação do Estado de bem-estar social, embora desse vazão para a construção de infraestruturas que viabilizavam a acessibilidade urbana, habitação popular, e garantias trabalhistas, tinha como objetivo criar um afastamento entre o trabalhador e seus sindicatos. Tal lógica de gestão por parte do Estado com o auxílio das empresas serviu para dar início a “era de ouro” do sistema capitalista. Semelhantes ações estatais também foram desenvolvidas em países da América latina, como o Brasil e a Argentina, embora o alcance tenha sido menor e mais restrito do que nos países com um desenvolvimento industrial de maior envergadura como, por exemplo, os Estados Unidos e o Japão.

Nesse período histórico é imprimido no sujeito uma perdurável necessidade de estar sempre sendo produtivo. Peixoto (2011) comenta que a sociedade começa a vincular cada vez mais os âmbitos públicos e pessoais, dando subsídios para que a racionalidade tecnológica se torne o principal meio de domínio social. Isso, em concomitância com a liberdade crescente das corporações, cria um cenário indispensável para o aumento constante da produtividade. Essa mentalidade permeará as esferas sociais de uma maneira a englobá-la, ditando estilos de vida e servindo como mola mestra para o desenvolvimento de formas de controle cada vez mais sofisticadas.

Não é implausível pensar que formas de controle sempre existiram – uma vez que é possível atribuir a sobrevivência e o desenvolvimento da raça humana a sua capacidade de coordenar, gerir e viver de maneira grupal –, Foucault (1999) comenta, por exemplo, que nas sociedades feudais a forma de controle que presidia o *zeitgeist* girava em torno de uma soberania monárquica, ou seja, as leis eram vistas como as vontades absolutas do soberano, por sua vez, os crimes que eram cometidos tornavam-se ataques diretos ao rei e a punição tomava características de vingança frente a injúria perpetrada contra ele, o que, comumente, envolvia extenso uso de punições no corpo do acusado, sendo este, inclusive, o elemento mais importante da punição; assim o rei reparava o suposto prejuízo que foi trazido ao seu domínio e

exercia seu poder político na forma da vindita, ou seja, a reparação legal e de direito do soberano.

Com o declínio do feudalismo, a ascensão de novos meios de produção e o advento do período moderno, Foucault (1999) diz que um novo tipo de regime de poder é estabelecido, chamado de poder disciplinar. Uma sociedade gerida pelo poder disciplinar procura permear todas as esferas de existência dos sujeitos, o poder é exercido na escola, no hospital, nas fábricas, na prisão etc. Este tipo de controle possui três mecanismos fulcrais para seu funcionamento: a observação hierárquica, a normatização e o exame dos indivíduos. O objetivo da observação hierárquica estava em separar grupos de pessoa para observar seus padrões comportamentais; esse incessante esmiuçar serve para subjugar o indivíduo à ideia de uma figura onipresente que julga e interpreta seus atos, com fins de classificar seu comportamento como normal ou anormal, perigoso ou não perigoso, apto ou inapto etc. É nesse movimento de divisão binária que se encontra outra peça fundamental para a sociedade disciplinar, podendo ser interpretada como um olhar normatizador; todo indivíduo com comportamentos que caminham por vias opostas ao que foi designado como normal estará sujeito a algum método punitivo. O veredito acerca da posição do indivíduo frente ao poder normatizante é construído através da terceira peça de tal sociedade, que se ocupa em examinar o sujeito. Seja exames médicos, psicológicos, educacionais ou morais, todas as pessoas estão sujeitas a um procedimento de exame padronizado e, posteriormente, a uma categorização:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrija, o desarticula e o recompõe. (FOUCAULT, 1999, p. 164)

Ao passo que nas sociedades feudais, a fonte da qual emana o poder é mais facilmente detectável, sendo ela advinda do soberano e seus representantes, na sociedade disciplinar o poder está disperso em uma série de instituições diferentes, além disso tais instituições procuram projetar uma imagem positiva, de reformadora dos indivíduos “transtornados”, a fim de torná-los aptos a adentrar no meio social ou mesmo mantê-los definitivamente afastados. Dessa maneira, tais instituições assumem uma posição de égide social, pilares para o progresso, enquanto que suas funções de

confinamento, de mecanismo amansa, que divide e posteriormente remonta o corpo humano para fins de controle e produção, assume posição incógnita aos olhos da população. Assim sendo, como trazido por Foucault (1999), a sociedade disciplinar, em suma, organiza os meios de produção e adestramento, ditando as formas corretas de se vestir, como o trabalho deve ser realizado, o que deve ser ensinado, quais métodos e técnicas são mais efetivos etc. Na sociedade disciplinar, há o domínio da racionalidade utilitária, ela se preocupa com os detalhes, perpassando as camadas morais e políticas do tecido social e da vida cotidiana.

Para Deleuze (2000), Foucault faz uma ótima análise do projeto disciplinar: ele concentra, distribui no espaço, procura montar no espaço-tempo uma totalidade produtiva que deva possuir um efeito superior à soma das forças que a compõem. Porém, para o autor, embora ainda não tenhamos deixado totalmente a sociedade disciplinar, é argumentado que estamos num processo de mudança para um novo modelo. Ao passo que uma sociedade disciplinar busca restringir movimento, seja através das coerções que são manifestas pela escola, pelo trabalho, prisão ou hospital, o novo paradigma incita o sujeito a se movimentar; se antes o poder procurava moldar através da restrição, agora ele procura moldar através do fluir. Assim sendo, Deleuze (2000) aponta que o novo regime expande e permeia a sociedade de uma maneira ainda mais insidiosa, os métodos usados no exercício do controle não são mais percebidos como formas de ordenação, mas como formas de expressão das vontades individuais; quando o sujeito utiliza dos meios de comunicação, dos meios de transporte, ao comprar e vender bens materiais e ao frequentar os mais diversos espaços sociais ele está fornecendo mais informações acerca de si e de seus costumes para que, assim, as instituições tracem um perfil daquele sujeito e o observe através de sua movimentação. Acaso seja percebido alguma dissonância entre aquilo que é entendido como norma e as ações do sujeito, as forças de coerção institucionais poderão agir naquele sujeito das mais diversas maneiras a fim de que ele seja subjugado ao *status quo*. Deleuze (2000) vai fazer uso do termo “sociedade de controle” para delinear essa nova fase de vigilância e exercício de poder.

Tal forma de poder se tornou ainda mais viável através dos aperfeiçoamentos nas tecnologias de comunicação. Conforme Castells (2002) o desenvolvimento em tal área foi possibilitado devido aos avanços nos campos de telecomunicação e das tecnologias capazes de integrar computadores em rede junto com o aumento das capacidades computacionais advindas dos avançados nos dispositivos microeletrônicos. Cada avanço nessas áreas amplificou a efetividade das tecnologias de informação conexa. Temos então, uma convergência de avanços na área de

comunicação interativa que permite o desenvolvimento da mais revolucionária forma de troca de dados já criada: a internet.

Com os grandes avanços nos meios de comunicação, seu contínuo desenvolvimento, e o crescente uso dos meios digitais, temos enormes mudanças nas diversas esferas que permeiam a sociedade. Giddens (2002) comenta que agora, a influência de acontecimentos distantes possuem uma maior capacidade interventiva sobre os contornos pessoais do indivíduo, como também seu entorno imediato fica sujeito a tais intervenções. No momento que jogamos uma pedra na água, temos, no ponto em que ela cai, uma perturbação circular que tende a se alargar propagando-se rumo ao exterior. O mesmo pode ser entendido no que tange o fluir dos acontecimentos nas redes; essas ocorrências possuem a capacidade de reverberar por todo o globo e, para Giddens (2002), o alcance e velocidade midiático possui um papel indispensável em tal processo. O autor também comenta que o desenvolvimento e expansão das instituições modernas, estão ligados intrinsecamente com os meios disseminadores de informação, como também com a forma que essas informações são mediadas e experienciadas pelos sujeitos.

Todos esses fatores traduzidos para a existência cotidiana, tanto na particular quanto na social, culminam em um ecossistema que dispõe de um crescente distanciamento do sujeito para consigo mesmo, um empobrecimento de sua capacidade de discernir quais aspectos de suas escolhas estão sedimentados em um posicionamento genuíno frente ao mundo e quais estão pautados nas escorregadias vias delineadas pela sociedade de controle; afinal, de um lado temos as constantes mudanças tecnológicas catapultando o fluir das informações para velocidades cada vez maiores e do outro temos corporações embriagadas com suas agendas neoliberais, sempre criando formas para engajar o indivíduo em atividades alienantes. Peixoto (2011) argumenta que em tal circunstância haverá uma paulatina homogeneização de interesses sociais, o indivíduo perde seus contornos, sua consistência, fica perfeitamente nivelado e unidimensional. O autor comenta que essa sociedade não se distancia de um regime totalitário:

O totalitarismo e a uniformização aumentam, tanto no plano político como no técnico-econômico. As necessidades dos indivíduos estão condicionadas: criam-se falsas necessidades, impostas pelos interesses dos grupos sociais dominantes; bens de consumo de todo tipo, produzidos segundo as “leis de mercado”, são eficientemente impostos à existência cotidiana dos indivíduos. O desfecho deste processo é a “euforia na infelicidade”: a maioria das necessidades e atividades comuns do cotidiano, bem como as diversas opções de lazer disponíveis nesta sociedade pertence a essa categoria de falsas necessidades. (PEIXOTO, 2011, p.158)

Para Rogers (2009), o processo de tornar-se pessoa envolve uma exploração genuína de seus sentimentos, é um processo dinâmico que incita o sujeito a aceitar-se e viver em conformidade com valores advindos de suas experiências de vida. Tal prerrogativa implica numa postura verdadeira e ativa do sujeito para com o mundo. Porém, tal processo é, dessa maneira, constantemente colocado em xeque pelas vicissitudes socioeconômicas, posto que o indivíduo está sempre sendo seduzido pelas quimeras do mercado, o processo de discrepância entre o sentimento, o agir e o pensar se tornam mais fortes, acarretando uma falta de congruência interna e fazendo com que suas ações sejam desconexas. O sujeito real se torna cada vez mais indistinguível daquele indivíduo nivelado e homogeneizado que é manufaturado sob medida para atender aos princípios de uma racionalidade tecnológica que, conforme Peixoto (2011) cria um universo com contornos totalitários.

3.SAÚDE MENTAL E CONTEMPORANEIDADE

Diante do exposto verifica-se que o conjunto de ideias que formam o ideário racionalista continuou a delinear muitas facetas da sociedade humana, sedimentando muitos dos avanços nas mais diversas áreas do conhecimento e servindo como imperativo para a criação de formas de controle cada vez mais sofisticadas. Conforme Han (2020) a necessidade de categorização, de busca por um entendimento métrico exato acerca das coisas, advindas da “era das luzes” circundou os processos econômicos e sociais. Tais processos, nos dias atuais, procuram esmiuçar formas de tornar os as pessoas mais mentalmente ágeis e adaptáveis, e o que emerge disso é o que Han (2020) chama de *psicopolítica*. Descobre-se a mente humana, como força de produção. Ao passo que, antes, os mecanismos de controle enfatizavam o corpo, agora, com as mudanças trazidas pelas constantes revoluções nos meios de comunicação, o sistema capitalista busca atualizar-se frente a isso, uma vez que a produção agora envolve e é determinada por modos imateriais e abstratos. Nos tempos atuais, a informação, seu conteúdo e a forma como ele reverbera nas vidas é um *commodity* de grande valia.

Essa visão de mundo molda no sujeito necessidades compulsórias, distantes de suas verdadeiras vontades. Segundo Rogers (2009), se o sujeito perde sua capacidade de exercer sua autenticidade, poderá enfrentar dificuldades na forma de expressar suas emoções e também de entendê-las, sua visão de mundo se torna mais turva frente a existência. Assim sendo, o resultado pode ser verificado na superficialidade dos relacionamentos, onde as interações estarão limitadas, desprovidas de sentimentos genuínos, diluídas e incapazes de efetivar trocas emocionais verdadeiras. Uma vez estando desconectado de si mesmo, o sujeito se torna alvo fácil para os caprichos do mercado.

Há algo de pífido em todo esse processo, pois o mercado conta com o sentimento de ambivalência advinda de um estado de incongruência para lucrar ainda mais, e quando o consumidor não consegue consumir a psiquiatria entra em ação, com seu discurso pautado em preceitos racionalistas. Para Viapiana, Gomes e Albuquerque (2018), partindo dos anos de 1950, a prolífica produção de psicofármacos, impulsionada por uma dinâmica biologicista e pautando-se em um modelo neurobiológico, caminha para uma constante tentativa de restringir os fenômenos psíquicos no domínio orgânico, fazendo com que seja criado uma compreensão dos transtornos mentais como entidades autônomas. Tal compreensão possui a visão de um sujeito sem narrativa social, isolado dos contextos socioculturais que permeiam sua existência. Compreender o humano não é apenas entender o funcionamento bioquímico ideal do cérebro, mas também as consequências dos laços sociais na vida das pessoas, que sempre são desenhados com contornos que versam sobre as questões afetivas, culturais e econômicas. Muitos problemas de saúde mental estão relacionados às pressões impostas pelas tecnologias neoliberais da sociedade contemporânea. Para Bauman (2001), a insegurança em relação ao futuro é uma constante no mundo pós-moderno, onde se caminha em terrenos incertos, sem poder parar sob o risco de ser consumido pelas pantanosas incertezas da vida cotidiana. Giddens corrobora dizendo que:

A manutenção da vida, nos sentidos corporal e da saúde psicológica, está inerentemente sujeita ao risco. O fato de o comportamento dos homens ser tão fortemente influenciado pela experiência transmitida pela mídia, juntamente com as capacidades de cálculo que os agentes possuem, significa que cada indivíduo poderia (em princípio) ser esmagado por ansiedades sobre os riscos implícitos nos afazeres da vida. (GIDDENS, 2002, p.43)

A psiquiatria tanto endossa, como faz parte da produção e reprodução de meios que, ao mesmo tempo desvinculam o sujeito dele mesmo e ofertam formas para que ele continue sendo ávido membro do que Bauman (2008) vai chamar de “sociedade de consumidores”.

Uma vez que a pessoa não tem um lugar de identidade própria nas várias localidades do discurso moderno o que acaba sendo exigência, requisito fundamental para os sistemas de mercado é o contínuo estímulo que compele o sujeito a aderir às normas, aos padrões de consumo e trabalho. Em essência, testa-se a capacidade de *overflow* (no sentido computacional do termo, que se refere a condição em que um valor excede a capacidade de armazenamento de um local determinado) do indivíduo. Han (2015) sustenta tal premissa ao apontar que a “paisagem” patológica do início do século XXI não está delineada por bactérias ou vírus, mas agora ataca o campo neuronal. Temos os transtornos de hiperatividade, de personalidade limítrofe, as

síndromes de *burnout* como os principais elementos que, em grande escala, habitam o cotidiano das massas. A regra não está mais presente no campo da infectologia, não advém de um elemento negativo no sistema imunológico, o que se torna corriqueiro agora possui causa em um excesso de positividade. A *causa morbi* dos tempos atuais está na superprodução, no superdesempenho, na comunicação excessiva. Baudrillard (1995) diz que a realidade estruturada pela produção e tecnologia é mantida pela junção de fatores antes diferenciados, como a produção e o consumo. No cotidiano não apenas se compra ou se vende o tempo de trabalho, o tempo livre também deve ser comprado para ser consumido. Na sociedade atual o tempo de lazer serve para consumir, integra um sistema de produção e obedece a uma lógica que aliena as pessoas. Temos aqui um exemplo de estado de excesso, onde o lazer se torna uma espécie de trabalho, um subproduto do tempo produtivo, ele é cronometrado e não condiz com a ideia de calma e descanso, mas condiz com a ideia de aquisição. Além do mais o que é adquirido não são objetos de escolha própria, são imposições publicitárias, ou objetos que são usados tanto no trabalho quanto no divertimento. No mundo do excesso de positividade, somos levados a acreditar que nossas escolhas nos pertencem, são livres e estão imbuídas de nossa autenticidade, mas não existe libertação pelo consumo nem pela positividade.

O trabalho físico e a exaustão advindos deles podem ser sanados de maneira passiva, mas lidar com a fadiga psicológica advinda de tais excessos de estímulo pode ser entendido como um fenômeno bem mais complicado para o sujeito. A divisão entre vida particular, consumo e trabalho não existem mais, tudo nos leva de volta ao trabalho; seja o laptop, o *desktop* ou o celular, tudo nos conecta ao mundo, nos incita a vender nossa força de trabalho ou comprar nosso tempo livre, há uma interligação constante com alguma forma de monetização. Han (2015) define tal situação como uma violência neuronal, que perpassa qualquer ótica imunológica por não ter negatividade, nesse sentido a violência da positividade não é privativa, mas exaustiva a violência neuronal, ao contrário, escapa a toda ótica imunológica, pois não tem negatividade. Assim sendo, tal tipo de violência é inacessível a uma percepção direta. Han (2020) diz que o sujeito imerso em tal sociedade, embora se pense livre, está completamente à mercê do sistema neoliberal. As enfermidades mentais como *burnout* e depressão aparecem como sinais extremos de uma crise interna:

O homem depressivo é aquele animal laborans que explora a si mesmo e, quiçá deliberadamente, sem qualquer coação estranha. É agressor e vítima ao mesmo tempo. O si-mesmo em sentido enfático é ainda uma categoria imunológica. Mas a depressão se esquia de todo e qualquer esquema imunológico. Ela irrompe no momento em que o sujeito de desempenho não pode mais poder. Ela é de princípio um cansaço de fazer e de poder. A lamúria

do indivíduo depressivo de que nada é possível só se torna possível numa sociedade que crê que nada é impossível. Não-mais-poder-poder leva a uma autoacusação destrutiva e a uma autoagressão. O sujeito de desempenho encontra-se em guerra consigo mesmo. O depressivo é o inválido dessa guerra internalizada. A depressão é o adoecimento de uma sociedade que sofre sob o excesso de positividade. Reflete aquela humanidade que está em guerra consigo mesma. (HAN, 2015, p.16)

Já Bauman (2008) argumenta que a busca incansável por flexibilidade e adaptação em um mercado de trabalho cada vez mais precarizado contribui para uma crescente sensação de insegurança que, por sua vez, gera uma gama de problemas psíquicos. A lógica do mercado procura enfatizar uma suposta autonomia tanto na área profissional quanto na privada, concomitantemente fomentando no sujeito a lógica de consumo danosa e que, comumente, acarreta sentimentos de incerteza e ansiedade.

Deleuze encerra seu *Post-Scriptum* sobre as sociedades de controle comentando que “Os anéis de uma serpente são ainda mais complicados que os buracos de uma toupeira” (DELEUZE, 2000, p. 226). Ao passo que cada anel e cada buraco podem representar singularidades distintas, a imagem de interconectividade permeia sua ideia. Porém a distinção é evidente; ao passo que os buracos de uma toupeira representam espaços de confinamento, os anéis de uma serpente evocam a ideia de movimento ondular, fluido e que não se detém ao terreno pelo qual passa. Aqui temos uma noção que está dirigida ao pensamento foucaultiano de sociedade disciplinar na forma de áreas de confinamento (A escola, a fábrica, o serviço militar etc), e a ideia de sociedade de controle trazida pelo próprio autor representando o fluxo contínuo e circular dos tempos modernos, nos quais nunca deixamos de frequentar os mesmos espaços e nem eles deixam de estar afixados em nós.

4.A PSICOLOGIA HUMANISTA, AS RELAÇÕES HUMANAS E A SAÚDE MENTAL

O ritmo acelerado das mudanças contemporâneas, acompanhado das formas de incitar os indivíduos a serem produtores e consumidores dos mais diversificados objetos de consumo, faz com que as pessoas fiquem em uma situação precária diante do mundo, gerando extrema sobrecarga, tanto física quanto emocional, o que, para Viapiana (2018), culmina na produção de sofrimento e adoecimento. Foucault (2004) aprofunda a análise sobre as modalidades de poder exercidas sobre os sujeitos, cujas quais estão fundamentadas na permeação de normas e princípios da economia capitalista, a ponto de transformar o indivíduo em um agente econômico, que é denominado como *homo oeconomicus*. Tal sujeito não possui noção dos limites das trocas econômicas, nem entende a razão pela qual persegue determinados interesses dentro desse formato mercantil. Suas ações e comportamentos estão, em última

instância, servindo aos interesses de outrem. Frente a tal modelo que racionaliza suas tecnologias para obter o máximo de lucro e engajamento, a pessoa perde seu *status* autônomo.

Ademais, a lógica psiquiátrica tende a seguir um pensamento anatomopatológico frente às adversidades psíquicas. Caponi (2009) comenta que nos estudos clássicos sobre as causas das doenças, o diagnóstico e o tratamento compartilham algo chamado de "marcador biológico". Porém, nas doenças mentais em geral e na depressão em particular, esse indicador está ausente. Por essa razão, é necessário adotar explicações diferentes das usadas nos estudos tradicionais sobre causas de doenças. No caso da depressão, o que ajudará a entendê-la não é o diagnóstico ou a explicação das causas, mas sim o seu tratamento. A busca por possíveis causas biológicas começa com o uso de antidepressivos. É através do uso desses medicamentos que podemos descobrir como certos processos biológicos funcionam e quais partes do cérebro são afetadas pela medicação. Assim, a premissa de que os problemas têm uma causa física no cérebro torna-se verdadeira em uma lógica racionalizante. Os antidepressivos atuam como intermediários para entender esses processos, auxiliando na criação de uma explicação para as causas dos sintomas. Diante da ausência do "marcador biológico", seja ele um tecido celular específico ou algum tipo de micro-organismo, a explicação da rede causal é fundamentada na terapêutica. Ainda conforme Caponi (2009), essa mesma ideia se repete com os antidepressivos chamados inibidores seletivos de recaptção de serotonina (ISRS). A conexão entre a falta de serotonina e a depressão se baseia no argumento de que tais inibidores afetam essa substância química no cérebro. Esse tipo de explicação circular é possibilitada devido ao fato de que não há e, provavelmente, nunca irá existir um "marcador biológico" ou uma forma de prova definitiva que possa levar os problemas emocionais dos sujeitos para um ambiente controlado como o de um laboratório. As medicações psicotrópicas trazem a impressão de que as doenças mentais em geral, e os sofrimentos emocionais em particular, agora fazem parte da abordagem típica dos estudos anatomopatológicos.

É possível perceber que a medicina faz crer que os problemas advindo do campo mental estão mais ligados a problemáticas cerebrais do que socioculturais. Os mecanismos de controle contemporâneos não querem que o sujeito perceba que, apesar da racionalização e de toda a sua eficiência, o humano é surrupiado de suas qualidades e relegado a um segundo plano. Em contrapartida a tais paradigmas modernos a psicologia humanista compreende o ser humano como um ente que possui força frente às intempéries que o cerca, e é o trabalho psicológico que, de acordo com Amatuzzi (2009) irá, oferecer subsídios para que o aflorar das plenas capacidades

humanas sejam promovidas. Busca-se acreditar e fazer acreditar na crescente autonomia pessoal e na prolificidade de relacionamentos humanos pautados na honestidade para promover tal autonomia. Rogers (2009) acredita que as pessoas possuem uma inerente capacidade para a autorregulação e autorrealização. Existe uma habilidade intrínseca no cerne do ser humano que o compele a ajustar suas respostas e comportamentos de acordo com seus preceitos valorativos internos, tal processo denominado de autorregulação permite o surgimento de meios para um caminhar autêntico, compelindo o sujeito a seguir uma existência mais congruente com suas verdades interiores. Aqui se encontra o elemento fulcral para uma existência verdadeiramente autêntica, pois é ao se autorregular que o sujeito é impulsionado para buscar o desenvolvimento do seu potencial único, e é nesse ponto que ele se autorrealiza e vive de acordo com suas aspirações mais íntimas.

É no processo humanizador que o sujeito deixa de ser automato, ele passa a ser indivíduo autônomo. AmatuZZi (2009) diz que o pressuposto humanista da autonomia está justamente na capacidade dele orientar sua própria vida de forma fecunda para si e para os demais. Além do mais, a clínica humanística mostra-se como antítese ao sistema clínico psiquiátrico, ao passo que um busca estabelecer uma relação hierárquica o outro busca estabelecer uma relação horizontal:

A ocupação em áreas que envolvem relações humanas, e especialmente na psicologia clínica, propicia sempre a oportunidade bilateral de ampliar horizontes e aprender do outro. Toda modalidade de treinamento, educação ou reconstrução pessoal pode levar a aguçar, em quem promove ou facilita essas aprendizagens, a sensibilidade empática e a consideração de valores e ideias diferentes. Na relação centrada na pessoa, essa ampliação é condição necessária, e exige-se para sua efetivação que ambos os elementos em relação se encontrem num estado de tornar-se. (ROGERS, 1977, p.17)

Segundo Rogers (1977), o ser humano é um conjunto flexível de noções sobre si, em meio a essas noções se encontram percepções que definem suas virtudes, defeitos e conexões valorativas que o indivíduo vai reconhecer como próprias de si; ou seja, é a partir de um conjunto experiencial de vida que tal ideia de si é forjada. É enfatizado que, para que a influência orientadora de si seja deveras eficaz, levando à satisfação pessoal, é crucial que a visão de mundo do sujeito seja realista. Ou seja, ela precisa estar fundamentada nas experiências autênticas da pessoa, em situações e sentimentos que realmente perpassam seu ser. Para garantir essa base autêntica, é imperativo que o sujeito tenha liberdade para explorar e vivenciar suas experiências de maneira aberta e sem restrições.

Partindo de tal pensamento, acaso a pessoa seja recebida em um ambiente terapêutico que valorize o diagnóstico acima do humano e siga vias “anatomopatológicas”, sua liberdade de experienciar verdadeiramente as vivências que desenham sua vida, serão fechadas, o sujeito corre o risco de que suas noções de si sejam distorcidas e limitadas. Sendo assim, a perspectiva humanística busca, conforme AmatuZZi (2009), meios de afirmar as tendências que tornam possíveis interações reais consigo mesmo. A qualidade da relação entre terapeuta e cliente possui imensa importância, ela pode ser uma via que o indivíduo utilizará para se enxergar com clareza e adquirir capacidades para orientar suas condutas próprias.

Há uma constante tentativa, por parte da psicologia humanística, de “dar as rédeas” da vida do sujeito para ele mesmo, fazendo com que ele compreenda sua posição perante a si mesmo e ao mundo que lhe circunscreve. É da natureza de um pensamento voltado para o humano tentar fazer com que ele compreenda sua condição de pessoa provida de amplas capacidades de desenvolvimento e pouco necessitada de preceitos socioeconômicos que a distanciam de si mesma e de rotulações que são tão compulsivamente atribuídas a comportamentos e tendências. “Se antes se pretendia, através de tratamento, trazer à ‘normalidade’ pessoas claramente perturbadas, vê-se hoje como ‘normal’ qualquer ser humano buscar um crescimento ininterrupto de seus potenciais no contexto terapêutico.” (ROGERS, 1977, p.50)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo contemporâneo, com seus avanços tecnológicos e transformações econômicas, traz consigo uma série de preceitos que influenciam diretamente a experiência humana. A ênfase na produtividade, no desenvolvimento de meios para consumo e na busca incessante por um suposto progresso, cria um ambiente propício para o surgimento de transtornos emocionais dos mais variados. A pressão constante para se adequar ao ritmo ditado pelos acelerados tambores neoliberais, a ambivalência miasmática e o paulatino enfraquecimento das relações sociais são fatores que, se não pensados criticamente, podem ter impactos duradouros nos indivíduos e na sociedade.

A forma pela qual os preceitos socioeconômicos se configuram, contribui para a alienação e distanciamento emocional tanto de si mesmo, quanto das pessoas ao seu redor. É gerado no inconsciente coletivo uma profunda necessidade de perseguir objetivos e estilos de vida que muitas vezes são dissonantes das verdadeiras vontades das pessoas. Nesse processo, as pessoas são levadas a desistir de exercer sua autenticidade na busca por turvas e, frequentemente, enganadoras imagens de

sucesso e felicidade. Assim sendo, é crucial reconhecer a intrínseca relação entre o ambiente socioeconômico e a saúde mental.

Pensar criticamente na construção dos preceitos que dão forma ao mundo atual nos permite compreender as raízes dos desafios enfrentados na saúde mental, e nos leva a buscar alternativas e formas de intervir que promovam oportunidades para as pessoas assumirem sua autonomia, fazendo com que elas consigam realizar reflexões conscientes sobre suas escolhas, estando atentas às insidiosas formas de manipulação que pululam incessantemente dos circuitos neoliberais.

REFERÊNCIAS

AMATUZZI, Mauro Martins. Psicologia fenomenológica: uma aproximação teórica humanista. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.26, n.1, p. 93-100, jan/mar. 2009

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Elfos, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: A transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BECK, Ulrich, et al. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

CAPONI, Sandra. Uma análise epistemológica do diagnóstico de depressão. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**. Santa Catarina, v.1, n.1, p. 100-108, jan./abr. 2009.

CASTELLS, Manuel. A Revolução da Tecnologia da informação. *In: A Sociedade em Rede*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002. p. 67-113.

DELEUZE, Gilles. Post-Scriptum sobre as sociedades de controle. *In: Gilles. Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000. p. 219-226.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GASPAR, C. Ricardo. A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v.17, n.33, p.265-296, Maio, 2015.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo, Editora Unesp, 1992.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, (2002)

HOBSBAWN, J. Eric. **A era do capital**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

HOBSBAWN, J. Eric.. **Era dos extremos: O breve século XX: 1914 – 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: O neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte: Âyiené, 2020

LASCH, Christopher. **A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio**. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MANN, Thomas. **A montanha mágica**. São Paulo: Companhia das letras, 2016.

MANZI, F. Ronaldo. A Leitura de Horkheimer da crise da razão – um adendo ao anúncio de Husserl?. **PHILÓSOPHOS**, Goiânia, v.22, n.1, p.193-220, jan./jun.2017.

PEIXOTO, Luiz. Marcuse: cultura, ideologia e emancipação no capitalismo tardio. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**. Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 156-180, 2011.

ROGERS, Carl R. **Tornar-se pessoa**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

ROGERS, Carl R.; KINGET, G. Marian. **Psicoterapia e Relações Humanas: teoria e prática da terapia não-diretiva V.1**. Belo Horizonte: Interlivros, 1977.

ROGERS, Carl R.; ROSEMBERG, Rachel L. **A pessoa como centro**. São Paulo: E.P.U, 1977.

VIAPIANA, Vitória Nassar; GOMES, Rogério Miranda; ALBUQUERQUE, Guilherme Souza Cavalcanti de. Adoecimento psíquico na sociedade contemporânea: notas conceituais da teoria da determinação social do processo saúde-doença. **Saúde em Debate**, [S.L.], v. 42, n. 4, p. 175-186, dez. 2018